Zeitschrift: Revue de linguistique romane
Herausgeber: Société de Linguistique Romane
Band: 82 (2018)
Heft: 327-328

Artikel: Usos epistémicos de haver e ter em português antigo
Autor: Brocardo, Maria Teresa
DOI: https://doi.org/10.5169/seals-842240

Nutzungsbedingungen
Die ETH-Bibliothek ist die Anbieterin der digitalisierten Zeitschriften auf E-Periodica. Sie besitzt keine Urheberrechte an den Zeitschriften und ist nicht verantwortlich für deren Inhalte. Die Rechte liegen in der Regel bei den Herausgebern beziehungsweise den externen Rechteinhabern. Das Veröffentlichen von Bildern in Print- und Online-Publikationen sowie auf Social Media-Kanälen oder Webseiten ist nur mit vorheriger Genehmigung der Rechteinhaber erlaubt. Mehr erfahren

Conditions d'utilisation
L'ETH Library est le fournisseur des revues numérisées. Elle ne détient aucun droit d'auteur sur les revues et n'est pas responsable de leur contenu. En règle générale, les droits sont détenus par les éditeurs ou les détenteurs de droits externes. La reproduction d'images dans des publications imprimées ou en ligne ainsi que sur des canaux de médias sociaux ou des sites web n'est autorisée qu'avec l'accord préalable des détenteurs des droits. En savoir plus

Terms of use
The ETH Library is the provider of the digitised journals. It does not own any copyrights to the journals and is not responsible for their content. The rights usually lie with the publishers or the external rights holders. Publishing images in print and online publications, as well as on social media channels or websites, is only permitted with the prior consent of the rights holders. Find out more

Download PDF: 11.01.2026

ETH-Bibliothek Zürich, E-Periodica, https://www.e-periodica.ch

Usos epistémicos de *haver* e *ter* em português antigo

1. Enquadramento geral e objetivos

Os verbos *haver* e *ter* em português foram já estudados, diacronicamente, a partir de diversas perspetivas, com base em pressupostos descritivos, teóricos e metodológicos diferenciados, em estudos mais abrangentes ou que incidiram sobre aspetos mais específicos dos seus funcionamentos, em diferentes sincronias. Lembro aqui apenas alguns desses trabalhos, de entre os muitos que corresponderiam a uma bibliografia completa sobre este tema, destacando vários textos de Mattos e Silva (1995, 1997, 2002, entre outros), além de outros autores (Ribeiro 1996, Cardoso e Pereira 2003)[1]. Muito genericamente, esta bibliografia trata os referidos verbos tendo em atenção sobretudo, por um lado, as mudanças ocorridas nos seus funcionamentos como verbos principais em estruturas de 'posse' e, por outro, as alterações que determinaram a sua emergência como auxiliares de tempos compostos.

No que respeita ao primeiro aspeto referido, defendi em trabalho anterior (Brocardo 2006) a pertinência, para uma melhor compreensão do percurso diacrónico destes verbos, de delimitar as construções em que *haver* e mais tarde *ter* ocorrem com um funcionamento de verbos leves, integrando predicados complexos, em particular, embora não exclusivamente, com complementos cujo núcleo é um nome deverbal (por exemplo, *haver / ter acordo*, 'acordar', *haver / ter guerra*, 'guerrear'). Pretendi, assim, apresentar uma alternativa a descrições que se centram na alternância ou competição entre estes verbos em fases passadas da língua sem terem especificamente em atenção a diferença essencial entre um funcionamento pleno e um funcionamento caraterizável como leve, defendendo que este dado é relevante para uma melhor compreensão do processo de extensão e generalização de *ter* a contextos antes restritos a *haver* na história do português.

---

[1] De modo a não multiplicar excessivamente as referências, não cito aqui gramáticas históricas e outras obras de referência, quer especificamente sobre o português, quer de âmbito mais geral, hispânico e / ou românico, cujas descrições e análises constituem necessariamente o ponto de partida e enquadramento prévio dos estudos sobre a história de *haver* e *ter*.

O funcionamento de *haver* e *ter* em perífrases com infinitivo, em que se associa um valor temporal de futuro a diferentes valores modais deônticos, é também, por vezes, referido na literatura, embora em trabalhos de âmbito mais geral – vejam-se, por exemplo, as breves referências a estes aspetos em Mattos e Silva (1989, 467; 2008, 444) – ou em trabalhos que focam mais centralmente outros tópicos, como Brocardo (2013, 82-85) sobre a expressão do 'futuro', ou Brocardo (2014), este especificamente sobre os valores da construção *houvera de* + infinitivo. Como estas descrições geralmente referem, de resto remetendo também para referências anteriores (como Said Ali 1964[6], § 829), é *haver* que ocorre nestas perífrases nas fases mais antigas, sendo *ter* aparentemente de emergência tardia na história do português com um funcionamento modal deôntico.

Nos vários casos referidos, se bem que de modos diferentes, parece pois consistente uma tendência geral na história da língua portuguesa – de substituir *haver* por *ter*, sendo o primeiro verbo geralmente apontado como (mais) caraterístico das fases mais antigas, e emergindo o segundo como inovação, mais precoce ou mais tardia.

Como consequência desta tendência geral, em português contemporâneo é claramente *ter* que, em contraste com *haver*, assume uma maior diversidade de valores. Ocorre, em diferentes contextos sintático-semânticos, como verbo principal pleno (*Ela tem um belo carro / dois filhos / cabelos louros...*) ou leve (*Ela tem muitas discussões com a mãe*), como auxiliar de tempos compostos (*Ela tem feito muitos disparates / estado em Paris*), em perífrases modais (*Ela tem de estudar mais*), e mesmo como existencial, suplantando *haver* em registos do português do Brasil (*Tem gente que...*).

Numa perspetiva diacrónica, destacam-se, assim, como especificidades do português, em contraste com outras línguas românicas, a obsolescência total de *haver* como verbo principal pleno de 'posse' ou verbo principal leve (tal como em castelhano), e uma tendência marcada para o seu desuso, na maior parte dos registos, como auxiliar de tempos compostos. Mas mesmo neste caso talvez se possa falar em obsolescência, embora parcial, dado que se é um facto que *haver* persiste efetivamente em certos registos, não só há diferenças em termos de frequência de uso, como a possibilidade da sua ocorrência nos diferentes paradigmas e formas flexionadas parece também ser desigual, levando a uma tendencial defetividade no caso do pretérito perfeito composto[2]. Já em perífrases com infinitivo que associam valores modais deônticos a valor

---

[2] Veja-se que, em contraste com o mais-que-perfeito composto, em que todas as formas de pessoa-número estão representadas nos usos, embora marcados, em que *haver* ocorre como auxiliar (por exemplo, *havia dito*, etc.) o mesmo não parece acon-

temporal de futuro, a diacronia de *haver* e *ter* parece mostrar um percurso um tanto diferente. Além de, como já referi, *ter* aparecer mais tardiamente nestas perífrases, é de assinalar também aqui a persistência de *haver*, e a sua notória produtividade na língua atual, neste tipo de construções. De assinalar também que há nos usos modais diferenciação de valores entre as construções com *haver* e *ter* (ver, por exemplo, Brocardo 2013, com remissão também para outras referências), o que não acontece na persistência (limitada) de *haver* como auxiliar de tempos compostos.

Sempre com o objetivo geral de procurar contribuir para um conhecimento mais alargado e aprofundado da diacronia de *haver* e *ter* em português, irei concentrar-me neste trabalho num outro tipo de funcionamento destes verbos, em que a sua ocorrência, em fases passadas da história da língua, em alguns tipos de estruturas, desencadeia leituras caraterizáveis como epistémicas. Uso esta caraterização para referir, muito genericamente, a expressão de algum tipo de validação, por parte do enunciador, do que é expresso no enunciado, ou seja, para referir aquelas ocorrências em que os verbos referidos seriam parafraseáveis por verbos como *considerar* ou *achar* em português contemporâneo.

Os objetivos mais específicos deste estudo são de, a partir da descrição e análise das construções em que *haver* e *ter* assumem um valor epistémico[3], procurar relacionar este com outros tipos de funcionamento destes verbos, visando identificar os fatores que aparentemente condicionam a emergência dessas leituras epistémicas. Pretendo deste modo aferir se e em que estruturas alternam ou competem para expressão dos mesmos valores (ou de valores próximos, tanto quanto é possível essa interpretação para dados do passado) e se em outras estruturas ou contextos eventualmente se diferenciam. O presente trabalho visa, em suma, identificar mudanças ou tendências ocorridas na história da língua, procurando relacionar as alterações sofridas por *haver* e *ter* nos seus diferentes usos.

2. Aspetos teóricos e metodológicos

No presente trabalho, que é essencialmente descritivo, recorrerei a conceitos da área de estudos da gramaticalização. Este tipo de enquadramento justifica-se pela natureza do objeto de estudo, em função da diversidade de

---

tecer com algumas das formas do pretérito perfeito composto (*?hei /?hás /?há dito / havemos/haveis/?hão dito*).

3 Apresentei alguns aspetos preliminares deste estudo, com base apenas num conjunto limitado de dados, em Brocardo (2017a).

funcionamentos dos verbos em causa (que noutras abordagens poderiam ser tratados como polissemia, por exemplo). A perspetiva que aqui adotarei será, a meu ver, adequada para tratar, em diacronia, os processos de mudança ocorridos e os seus resultados no funcionamento das formas, nas construções diversas em que ocorrem, em diferentes sincronias. Este tipo de relação entre mudança (diacrónica) e sincronia é crucial nos estudos da referida área, em que se defende de um modo geral que as abordagens diacrónicas são essenciais para o conhecimento e compreensão dos fenómenos linguísticos e para a formulação de hipóteses teóricas que visam a sua explicação.

Verbos do tipo de *haver* e *ter* manifestam, em sincronia, uma variabilidade de valores, incluindo funcionamentos que podem associar-se a diferentes categorias ou classes (por exemplo, na distinção verbo / auxiliar), que nos estudos de gramaticalização se definem como decorrendo de uma relação ou 'derivação' diacrónica – processo de gramaticalização – que deverá permitir explicar a sua relação, também em sincronia. Assumirei, portanto, que *haver* e *ter*, em contraste com verbos como, por exemplo, *existir*[4] ou *possuir*, são formas 'gramaticalizadas', sendo a sua diversidade de funcionamentos, em sincronia e em diacronia, justamente a evidência dessa caraterização[5].

A área de estudos de gramaticalização fornece portanto, a meu ver, o enquadramento adequado para uma investigação sobre formas e construções que, no percurso histórico da língua, sofrem mudanças que se manifestam como inovação / obsolescência e persistência e que aparentemente decorrem da competição entre formas / construções para a expressão de valores próximos, configurando justamente processos de gramaticalização.

Refiro em seguida alguns aspetos metodológicos. Os dados analisados neste trabalho – ocorrências de *haver* / *ter* em construções com um funcionamento caraterizável como epistémico – foram recolhidos de forma exaustiva num conjunto de fontes textuais, que identifico mais à frente neste ponto, correspondentes a testemunhos do português antigo, datados ou datáveis dos

---

4 Refiro aqui *existir*, visto que em português, como é sabido, é esse um dos valores do verbo *haver*. Além do valor de existência, *haver* ocorre também em expressões temporais, cujo diferente funcionamento em português (europeu) contemporâneo, em função de um valor de "duração ancorada" e de "designação de intervalos / localização", foi descrito com base no conceito de gramaticalização em Móia (2011).

5 Na linha do que tem sido defendido, com exemplos semelhantes, por, por exemplo, Lehmann (2002, 34), ou com outros verbos, como em inglês *go* (e que se aplicaria obviamente a verbos do mesmo tipo em português e noutras línguas românicas) por Hopper e Traugott (2003, 3), entre outros.

séculos XIII e XIV[6]. Este critério de seleção das fontes levou assim a excluir textos cuja data de redação ou versão original se supõe situar-se neste período mas que apenas se conservam em cópias tardias, com datas efetivas ou conjeturais que ficam já fora do âmbito cronológico referido. O respeito por este critério de seleção das fontes não deixa de ter consequências, como é óbvio, na quantidade e, sobretudo, na diversidade, das fontes textuais, dada a escassez de testemunhos conservados para este período, mas considero que é essencial em estudos linguísticos.

Embora tendo começado, na minha descrição, por separar os dados dos dois séculos, acabei por não usar no texto essa separação, tendo portanto considerado o conjunto dos dados recolhidos para o período definido. A separação por séculos acaba por resultar de um corte cronológico muitas vezes necessário mas sempre algo aleatório, além de que, neste caso específico, é realmente muito escassa a produção do século XIII, pelo que uma eventual comparação de dados dos dois séculos seria pouco significativa em função da desigualdade quantitativa e de diversidade de géneros representados nos testemunhos dos séculos XIII e XIV. Acresce ainda o facto de que vários testemunhos geralmente considerados como respeitando ao século XIII têm datas conjeturais de finais do mesmo, sendo dificilmente sustentável uma datação estrita que separe essa linha temporal. Em qualquer caso, todos os exemplos transcritos têm indicação da fonte (através de uma sigla, como indicado na lista abaixo) e respetiva data.

Embora o trabalho que aqui apresento parta de levamentos exaustivos nas fontes selecionadas, não se sustenta em dados de ordem quantitativa, pretendendo antes basear-se em análises qualitativas. Creio que importa sempre ter em mente as limitações impostas a estudos sobre fases passadas da língua, recuperáveis apenas a partir de fontes escritas, com representatividade diferenciada em termos quantitativos e qualitativos, em diferentes épocas. Assim, tenho procurado sempre atender às especificidades dos textos / testemunhos que são usados como fontes, incluindo questões associadas à diferenciação de géneros textuais, que necessariamente condicionam a ocorrência de determinados tipos de formas ou construções (como procurei argumentar noutros trabalhos, em particular em Brocardo 2014). Todos estes aspetos levam a relativizar a relevância que pudesse atribuir-se a dados de natureza estritamente quantitativa, sobretudo em períodos antigos, em que a documentação remanescente é escassa e pouco diversificada do ponto de visto dos géneros textuais representados. Ainda assim, nas minhas descrições, farei referências

[6] Uso a designação 'português antigo' de acordo com a proposta de periodização, não publicada, de Luís Filipe Lindley Cintra (ver Castro 1999).

pontuais a questões de frequência, mas que devem ser entendidas como meramente indicativas, sempre tendo em mente que estamos perante documentação remanescente, cuja representatividade em relação à língua da época é certamente limitada.

As fontes usadas foram as que em seguida enumero, a partir da sua caraterização em diferentes géneros textuais[7], para que uso as designações mais usuais na literatura. As referências das edições usadas são dadas no final do artigo.

Documentos de chancelaria[8]

[CAIII] *Documentos em português da Chancelaria de Afonso III* (século XIII)

Documentos notariais de diferentes proveniências

[DPMDL] *Documentos portugueses do Minho e Douro Litoral* (séculos XIII e XIV)

[DPNRL] *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa* (séculos XIII e XIV)

[DPVR] *Documentos portugueses de várias regiões* (séculos XIII e XIV)

[NT] *Noticia de Torto* (1214?)

Foros e Costumes

[CS] *Costumes de Santarém* (séculos XIII e XIV)

[FG] *Foros de Garvão* (séculos XIII e XIV)

Traduções de textos castelhanos de caráter jurídico ou legislativo

[FD] *Flores de Dereyto* (finais do século XIII?)

[FR] *Foro Real* de Afonso X (século XIII?)

[PP] *Primeyra Partida* de Afonso X (século XIV)

---

7 Uso normalmente 'géneros' em vez de 'tipos' textuais, como é mais usual na bibliografia de história da língua portuguesa, não me detendo aqui na discussão desta questão. Os vários itens considerados têm por base, com adaptações, as tipologias de Cintra (1999[2]), para os textos 'não literários', e Castro (2006), bem como outras geralmente usadas pelos autores das diferentes edições. É de notar ainda que dentro de um dado género se diferenciam vários subgéneros, como, por exemplo, *cartas de foro, de doação, de mercê, de confirmação, de conciliação,* nos documentos de chancelaria, ou *testamentos, vendas, emprazamentos, procurações, câmbios, fintos,* nos documentos notariais.

8 Haveria aqui a considerar, neste âmbito cronológico, outras fontes como o documento régio *Testamento de Afonso II*, de 1214, que não incluí por não registar ocorrências das construções em estudo, bem como os textos de outras chancelarias régias, cujas edições, porém, me colocaram dúvidas, além de não estarem acessíveis em formato digital na sua totalidade.

Nobiliário[9]

[LLCP] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (fragmento do séc. XIV)

As ocorrências que apresento ao longo do trabalho correspondem, necessariamente, apenas a exemplos, idealmente representativos, da totalidade dos dados levantados e serão identificados com a sigla atribuída ao testemunho e respetiva data.

No ponto seguinte, irei descrever as ocorrências de *haver* e *ter*[10] nos testemunhos do português antigo selecionados, começando pelas construções com *haver*.

3. Descrição dos dados

3.1. Haver

As construções em que *haver* ocorre correspondem a estruturas transitivas predicativas, estando estas largamente representadas nos documentos notariais, sobretudo por atestações em que coocorrem, no constituinte predicativo, adjetivos como *forte*, *firme*, *estauil*, como nos exemplos abaixo, quer do século XIII, quer do século XIV, havendo também ocorrências nos documentos de chancelaria (1). O constituinte predicativo parece ser mais frequentemente introduzido pela preposição *por*, que, porém, não é obrigatória, como se observa em 1 e 3[11].

---

9 Este testemunho corresponde a um texto em que, além das passagens propriamente linhagísticas, com uma estrutura bastante repetitiva, há várias passagens narrativas, nas quais de facto se encontra a larga maioria das ocorrências relevantes para este estudo.

10 Uso a forma ortográfica moderna para referir, em abstrato, os paradigmas verbais que são objeto deste trabalho. Nas fontes textuais as grafias são variáveis, como se sabe. As formas de *haver* são mais frequentemente grafadas sem ‹h›, e as formas de *ter* apresentam diferentes grafias, que nalguns casos poderão corresponder a diferenças fonológicas em relação às formas modernas, como a persistência de hiato ou a nasalidade (por exemplo, ‹tẽer›).

11 Em português (europeu) contemporâneo em estruturas semelhantes, com verbos diferentes, a preposição *por* pode ocorrer, mas mais geralmente o constituinte predicativo não é introduzido por esta preposição. Confronte-se, por exemplo, *considerar* (*O Rui considera a Ana pouco esperta*) e *tomar* (*Geralmente, os políticos tomam os eleitores por parvos*). Os exemplos são de Raposo (2013, 1346), sendo os verbos em causa referidos por este autor como 'verbos de crença'. Noutros pontos da *Gramática*, porém, verbos com este tipo de funcionamento são designados 'epistémicos' (Oliveira e Mendes 2013).

(1) ey firme estauil esse estrumẽto e todas as cousas que ele son cõteudas [CAIII 1269]

(2) e q*ue* q*ue*r q*ue* p*er* esse d*i*to p*rocur*ador ou p*rocur*ador ou p*rocur*adores q*ue* el fezér for feyto. nos auemulo pur forte e pur firme. [DPNRL 1279]

(3) E auemos firme *e* stauil p*er*a todo semp*re* todalas cousas sobred*i*tas *e* cada hũa delas q*ue* forẽ feytas e p*ro*curadas pelo d*i*to nosso p*ro*curador. [DPNRL 1290]

(4) q*ue* uendesse a meya da d*i*ta tenda & q*ue* recebesse en*de* o p*re*ço. E q*ue* o auyã firme e estauil p*er*a todo sempre [DPVR 1300]

O mesmo tipo de construção aparece também atestado nos textos jurídicos, embora com atestações singulares, quer nas *Flores de Dereyto*, quer na *Primeira Partida*[12]:

(5) pode seer p*er*soeyro por qual que[r] destas outras dando boo fiador que el fara auer por firme e por stauil [FD século XIII?]

(6) saluo ende se os dessem a elles meesmos e os metessem ẽ teença ou sse metessem algũũ en posissom en logar dout*ro* e nõno sabendo elle $ e q*ua*ndo o soubesse e o ouesse por firme [PP século XIV]

Estamos, aparentemente, perante o que poderíamos descrever como uma expressão fixa, uma fórmula, cuja função parece corresponder a uma expressão de validação forte do asserido, como o género textual em causa – documentos notariais e de caráter jurídico – em princípio permitiria antecipar em termos do tipo de valor epistémico que é marcado.

Além desta expressão, ocorrem também construções idênticas, embora mais esporadicamente, com outras formas no constituinte predicativo:

(7) Ca disse q*ue* sobresto nõ q*ue*ria cõ o d*i*to Mon*steiro* mais p*re*yto nẽ demãda E o d*i*to P*ri*ol p*or* ssi *e* p*or* sseu Conuẽto assy rreçebeu *e* ouuesse de todo p*or* entr*e*ge [DPNRL 1339]

(8) E esto todo louuo *e* outorgo *e* ey por meu tesstamẽto *e* pustumeira vóótade q*ue* mãdo q*ue* sseia firm*e* *e* stauil p*er*a ssenp*re* como d*i*to he [DPNRL 1383]

Registei ainda duas ocorrências de *haver por nenhum*, sendo uma delas ocorrência única da construção epistémica com *haver* nos *Foros e Costumes,* em que se gera o mesmo tipo de valor, na negativa:

---

12 *Haver* não ocorre com este tipo de valores no *Foro Real*. Mas sobretudo no caso da *Primeira Partida* este dado poderá ter algum relevo, visto que se trata de um texto bastante extenso, em que, portanto, há potencialmente uma representatividade quantitativa assinalável. A ocorrência singular de *haver* epistémico neste testemunho contrasta com a sua elevada frequência nos restantes usos do verbo e também com a elevada frequência de *ter* em construções com aquele valor, como se referirá adiante.

(9) Esto se guarda p*er* esta guisa se o outor q*ue* ha-de p*ro*uar fala cõ a testemunhã ẽ *con*danamẽto do feito. ainda que a testemunhã diga en todo por el. auer-lo-am por nenhũu seu dito. [CS século XIV]

(10) O q*ua*l estormẽto Assy' most*ra*do E eu vísto como a pobrícaço dele ffora ff*e*cta p*er*ant*e* os vígajros q*ue* desto nõ eram Juizes ouue a d*i*cta pubrícaço por nẽhũa [DPNRL 1353]

Está também representada a expressão *haver por bem*, embora tenha assinalado uma única ocorrência nos testemunhos analisados:

(11) Esta ujnha tenhadess uoss en dyas de uossa ujda *e* dũa <uosa fýlha> {pesoa qual uos *e* noss ouuermoss por bẽ}. [DPNRL 1294][13]

No Livro de *Linhagens do Conde D. Pedro*, numa das passagens narrativas, temos ocorrências (12 a 14) que parecem atestar usos mais diferenciados, em termos contextuais, da construção. Trata-se do mesmo tipo de estrutura sintático-semântica, mas as diferentes formas que aparecem no constituinte predicativo, dado justamente os tipos de discurso mais diversificados que o género textual propicia, parecem indiciar que a construção não se limita a funcionar em expressões fixas ou fórmulas, como predominantemente parece acontecer nos exemplos dos testemunhos antes referidos.

(12) diserõlhi senhor nõ he oie o dia uoso. auedeuos p*or* p*re*so [LLCP séc. XIV]

(13) O seu doo *e* a sa mãzela *e* coyta era tã grande q*ue* todos aq*ue*ls q*ue* o uirõ ouuerõ p*or* estranho como aq*ue*la ora nõ moreo [LLCP séc. XIV]

(14) E recebeu grande onra do grã meestre *e* de toda a caualaria p*orque* se ouuerõ del p*or* bẽ s*er*uidos [LLCP séc. XIV]

3.2. Ter

As ocorrências de *ter* com valor epistémico são desde logo bastante mais frequentes, comparativamente com as de *haver*, embora, como antes referi, este dado puramente quantitativo careça, só por si, de relevância. No entanto, como em seguida procurarei mostrar, não é apenas a frequência que difere nas ocorrências dos dois verbos, mas também a maior diversidade de contextos em que *ter* ocorre nos testemunhos analisados.

Em primeiro lugar, parece ser muito frequente a expressão *ter por bem*, de que assinalei inúmeras ocorrências, em contraste com a ocorrência única de *haver por bem* referida antes (exemplo 11). A expressão ocorre em todos

[13] A expressão ocorre em passagem raspada (indicada entre {} na edição), mas considerei esta atestação visto que a natureza da correção do escriba não incide na forma, mas sim na especificação do beneficiário.

os géneros textuais, à exceção do nobiliário. Apresento em seguida alguns exemplos.

(15) a q*ua*l a my deuyã a faz*er* en refazimẽto do Castello de Mirãda p*er* uosso mãdado assi como uos teu*er*des por bẽ [CAIII 1266]

(16) E aynda outorgo; de lhis dar en herdam*en*to p*er*a todo sempre valya de duzẽtas l*ib*r*as* q*ue* lhe las possa render en cada hũu ano des Mỹo ata Tejo aly hu don Martim gil e Lourenço scola teuerem por ben e assi como eles por ben teueren segundo seus e ssas almas [DPVR 1289]

(17) It*em* os degredos deuẽ a seer de [conçe]lho & o Conçelho os dar a q*ue*n teuer por ben enq*ua*nto [se o concelho pagar] & os degredos [deuem a seer asy como o concelho teuer] por ben con o Alcayde & con os Aluazijs [CS 1294]

(18) Se alguũ omẽ non quiser ou nõ poder ordinhar p*er* sy a manda que fez*er* de ssas cousas e der seu poder a outrẽ que a ordĩe e q*ue* |a| dé naquelles logares hu el teu*er* por bem [FR século XIII?]

(19) E q*ue* des alj adeãt*e* q*ue* o P*r*iol *e* sseu Conuẽto dessen a d*i*ta ssa h*er*dade a q*uem* q*ui*sessem *e* p*or* bem teuessem [DPNRL 1339]

(20) na qal era cõteudo ent*re* as out*ra*s cousas q*ue* o *dict*o Senhor mãdaua & tinha por bẽ [DPVR 1322

(21) e façades delas & de cada hũa delas o q*ue* por ben teu*er*des [DPMDL 1345]

(22) E esto nõ se guarda. ca o alcayde sẽ o Concelho mete quẽ tẽ por bẽ por porteyro. [CS século XIV]

(23) nõ pode seer sen culpa por q*ue* semelha q*ue* o *con*sente e o tẽ por bẽ. [PP século XIV]

Se é um facto que *ter por* ocorre muito frequentemente com *bem* no constituinte predicativo, o que levaria a pensar mais uma vez nalgum tipo de expressão fixa, atestam-se também muitas ocorrências em que, na mesma construção, *ter por*, ocorrem várias outras formas, por vezes em coordenação, com formas como *dereyto* ou *guisado*:

(24) e como passou o preyto que façades hy aquello q*ue* teuerdes por ben. e por dereyto [FD século XIII?]

(25) E q*uan*do quis*er*en dar comẽda ou offizio a algũũ de ssa ordẽ nõno deuẽ faz*er* por senp*re* mays por algũũ tẽpo segundo teuerẽ por bẽ e por guisado [PP século XIV]

Mas além deste tipo de estruturas, em coordenação com *bem*, várias formas diferentes ocorrem no constituinte predicativo, desde logo o antónimo *mal*, e muitas outras, como nos exemplos:

(26) Repeendimẽto tanto q*ue*r diz*er* como teer o homẽ por mal a cousa q*ue* ha feyta ssem guisa e au*er* uõõtade de sse p*ar*tir della. [PP século XIV]

(27) Sabede q*ue* nos usam*os* e teem*os* por derreyto q*ue* o meyrĩo o corega coma out*r*o ueçĩo [FG século XIV]

(28) *e* ora h*e* me d*i*to p*er* algũus ffidalgos nat*ur*aaes desse Mon*steiro* q*ue* uos nõ g*uar*dast*e*s esto q*ue* uos assj h*e* mandado p*er* El Rej *e* p*er* mj~ q*ue* uolo em sseu logo deffendj ffingindo q*ue* dad*e*s esses p*re*stamos p*er* mãdado *e* cost*r*engim*en*to. dos vigayros de B*ra*gáá o q*ue* eu tenho por muyto stranho sse assj h*e* [DPNRL 1342]

(29) E por em aq*ue*l por q*ue* rreçebe o bautismo (...) out*ro*ssy sse deue teer por muyto onrrado por q*ue* o rreçebeu [PP século XIV]

(30) E estas palauras disse Sam Paulo q*ue* q*ue*r diz*er* que nos deuemos a teer por onrrados e preçados muyto ou p*re*çarmos muyto pola cruz de N*ost*ro Sen*hor* Ih*es*u Cr*ist*o en q*ue* el q*ui*s morrer [PP século XIV]

(31) E por ende deuemos a teer os bispos por s*an*tos e obedeecerlhys e onrralos [PP século XIV]

(32) E a outra por q*ue* sse deuẽ a teer por auondados en au*er* daq*ue*la oferta (...). [PP século XIV]

(33) E este temor dá a entender ao q*ue* faz peendẽça q*ue* sse tenha por cijza. $ E por esta rrazõ meesma a poẽ os cl*er*igos aos cristãos o p*rim*ey*r*o dia de quaresma [PP século XIV]

(34) E esto he pola crẽẽça q*ue* am enos sacramẽtos e por q*ue* o tẽẽ por seu p*re*lado [PP século XIV]

(35) E esto teue a Santa Jg*re*ia por tam mao erro q*ue* o q*ue* ffosse ia b*is*po, se esto errasse e lhe ffosse p*ro*uado, mandou q*ue* p*er*desse o b*ispa*do por ende. [PP século XIV]

(36) Por bẽ auẽturado sse deue a teer todo homẽ que pode faz*er* jg*re*ia hu sse ha de sac*ri*fficar tã nobre cousa [PP século XIV]

(37) E nõ sse deue a eyg*re*ia a teer por agrauada en auer muytos padrões [PP século XIV]

(38) Mais enaq*ue*lles logares q*ue* taes *co*usas come estas usam a dar e fosse custume q*ue* o teuessem por bõõ tam bem os q*ue* as dessem come os q*ue* as rreçebessẽ [PP século XIV]

Como se pode constatar, é a *Primeira Partida* que fornece o maior número de atestações (de que aqui cito apenas uma parte), por ser texto de grande extensão, mas também, como se ilustra com o exemplo abaixo, no *Livro de Linhagens* estas construções ocorrem, reforçando assim a ideia de que *ter* seria produtivo, em construções transitivas predicativas, com valor epistémico.

(39) {(...) E ... seendo comẽdo filhou dõ g*onçalo* sa molh*er* *e* trosquioua (?) *e* ... hũa pele a auesas (?) ... uũ sendeiro d'albarda o rostro cõtra o rabo do sendeiro. *e* huũ home cõ ela *e* nõ mais. *e* ... p*er*a sa t*er*ra p*er* ante hu el Rei estaua cõ muytos ... teuese por desonrado (?) desto *e* diselhi dõ g*onçalo* por mais pouco ca esto cegou ẽ aatei huũ adeantado de meu auoo sete cõdes. *e* el lhi dise. Senhor cegoos a torto *e* moreu por em (?)} [LLCP século XIV]

Atente-se no exemplo 40, que evidencia mesmo uma construção sintaticamente diferente – *ter (alguém) em par de morte* – talvez parafraseável por 'achar /pensar que alguém está (quase) morto':

(40) E o dõzel marinho q*ue*brou hũa p*er*na *e* q*uatro* costas. *e* dõ V*aasco* tã mal ferido q*ue* o teuerã ẽ par de morte [LLCP século XIV]

Ter ocorre também nos testemunhos analisados, com um funcionamento epistémico, em estruturas sintaticamente mais complexas, o que acontece em diferentes contextos, que em seguida irei exemplificar e procurar descrever.

Em primeiro lugar, refiro os casos em que ocorre *ter por bem*, que já antes referi como expressão de ocorrência frequente, mas em casos em que o complemento de *ter*, ao invés de estar representado por um sintagma nominal, como em exemplos já citados – *ter por bem alguém / alguma coisa* – ocorre como uma infinitiva introduzida pela preposição *de* – *ter por bem de alguma coisa se fazer.* Assinalei este tipo de estrutura apenas no século XIV, na *Primeira Partida*, porém aí num número muito considerável de ocorrências, entre as quais os exemplos seguintes:

(41) Ca assy como lhys p*raze* de sse ap*ro*ffeytarẽ dos bẽẽs della assy deuẽ teer p*or* bẽ de pagarẽ sa p*ar*te en tães despesas. [PP século XIV]

(42) E por q*ue* os arrçediagoos som vigayros dos b*is*pos teue por bẽ a S*an*ta Jg*re*ia de mostrar q*ue* he o q*ue* podẽ faz*er* [PP]

(43) E por q*ue* as rrequ*e*zas deste mũdo destoruam esto, tẽẽ por bẽ de o leyxar todo e seguẽ aq*ue*lo que disse N*ost*ro Senhor Ih*es*u Cr*ist*o [PP século XIV]

No mesmo testemunho, atesta-se este tipo de estruturas também com outras formas, como o comparativo de *bem*, *melhor*, ou o nome *dereyto* no constituinte predicativo:

(44) ca por melhor teue a S*an*ta Jg*re*ia de a nõ dizerẽ nẽ de a ouuyrẽ ca seer d*i*ta en logar hu nõ conuẽha [PP século XIV]

(45) e como tẽ por dereyto de as ẽmendar [PP século XIV]

Além deste tipo de construção, com infinitiva como complemento de *ter*, assinalei também ocorrências em que esse complemento é uma oração completiva, introduzida por *que*, com formas como *bem*, *razõ* e *dereyto* no constituinte predicativo. Estas estruturas estão atestadas no século XIII, no *Foro Real*, com uma única ocorrência de *ter por bem que*, e muitas ocorrências no século XIV, todas na *Primeira Partida*:

(46) E outrosy teem*os* por ben que todos os bispos e outra clerizya q*ue* den dereyta-m*ent*e os dizimos d*e* todos seus bees [FR século XIII?]

(47) manda a Santa Jg*re*ia e tẽ por bẽ que ẽ todolos domjgos e en todalas festas rrenouẽ a escomũhõ cõsselheyram*ẽte* ante todos os c*ri*stãos. [PP século XIV]

(48) E por ende teuerõ por bẽ os sabhos antigos q*ue* fezerõ as leys e ainda os q*ue* falarõ no dereyto da S*an*ta Jg*re*ia q*ue* os bẽẽs e as *co*usas dos rrome*us* nẽ hũũ nõnas deue fortar [PP século XIV]

(49) q*ue* por esso nõ tinhã p*or* rrazõ q*ue* o fezessem [PP século XIV]

(50) E por en teemos por dereyto q*ue* o q*ue* se q*uiser* bautizar mays dũa uez fazẽdo a ssabendas q*ue* deue morrer p*or*en. [PP século XIV]

Por fim, *ter que* ocorre com uma oração completiva, sem qualquer expressão do tipo das que acima foram referidas. Esta estrutura aparece uma única vez no século XIII, mas, de forma muito significativa, num dos mais antigos textos escritos em português, a *Noticia de Torto* (neste caso com a forma *qua* em vez de *que*):

(51) E por istes tortos que li fecerũ tem q*ua* a seu plazo quebrãtado e q*ua* li o deũ por sanar. [NT 1214?]

A estrutura atesta-se também no século XIV, na *Primeira Partida*, como nas sequências seguintes, entre outras:

(52) E os cl*er*igos d' ouriente nõ q*uiser*om este p*ro*metimẽto $ ca teuerõ q*ue* he melhor cousa e mays sem p*er*ijgo de casar ca de p*ro*meter castidade e nõna poder mãteer [PP século XIV]

(53) E p*or* esta rrazõ *con*uẽ muyto ao pecador q*ue* seia muy omildoso en duas man*eyr*as: $ a hũa en ssy teer q*ue* he errado. [PP século XIV]

Veja-se também o exemplo seguinte, da mesma fonte, em que a coordenação com o verbo *crer* permite de forma ainda mais evidente perceber o valor epistémico da construção:

(54) ca seeria cousa muy ssem rrazõ de s*ee*r hũũ testemũha da cousa q*ue* nõ cree nẽ tẽ q*ue* he u*er*dadeyra [PP século XIV]

As restantes atestações de *ter que* com frase completiva são do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, fonte em que ocorre também repetidamente:

(55) Estes c*ri*staãos ueẽ desacaudelhados *e* teẽ q*ue* ia nõ podemos tornar a eles [LLCP século XIV]

(56) E asi estauã os campos *e* uales *e* mõtanhas cubertas deles q*ue* os mais dos c*ri*staaos q*ue* hy forã tijnhã q*ue* tãta caualaria de mouros nõ podia auer ẽ todo africa nẽ en asya [LLCP século XIV]

(57) Out*ro*s tijnhã q*ue* p*or*q*ue* os mouros som grandes est*ro*logos q*ue* faziã parecẽça de fantasmas d'omees de caualo. *e* nõ erã tantos como parecia [LLCP século XIV]

Estes dois testemunhos fornecem também um outro tipo de evidência para a interpretação de *ter* com valor epistémico, que é o facto de outros verbos, a que se associa o mesmo tipo de valor, *entender* e *pensar*, ocorrerem em contextos aparentemente semelhantes:

(58) E por q*ue* entendeu a S*an*ta Jg*re*ia q*ue* era cousa onde naçiã muytos maes aos q*ue* sse acõpanhauã cõ elles, defendeu muyto assinaadam*ẽte* q*ue* o nõ fezessem [PP século XIV]

(59) Mays todo esto nõ lhis ualia rem ca os cr*i*staãos crecialhis mays *e* mais as forças. entẽdiã q*ue* andauã cobertos da graça da u*er*a cruz ẽ que tragiã os olhos. [LLCP século XIV]

(60) uirõ q*ue* os cr*i*stãaos yã p*er*a mal. *e* q*ue* a az da coynha andaua destroindo ẽ el*e*s pensarõ q*ue* a lide era fijda *e* os cr*i*staãos uẽçudos [LLCP século XIV]

Naturalmente que este tipo de observação não pretende colocar a hipótese de que os valores veiculados pela construção *ter que* com oração completiva seriam exatamente os mesmos que os de construções com *pensar* ou *entender* no mesmo tipo de estrutura sintática. Haveria, por exemplo, que aferir possíveis interferências de valores temporais / aspetuais com os valores modais veiculados, com diferentes verbos, além de outros fatores, de ordem contextual, que permitissem formular generalizações mais sustentadas sobre as semelhanças ou diferenças semânticas entre verbos plenos que veiculam valores epistémicos[14] e verbos gramaticalizados, como, neste caso, *ter*, neste tipo de estruturas.

3.3. Síntese e discussão dos resultados

Como acontece com outros funcionamentos de *haver* e *ter* na história do português, a competição entre os dois verbos parece ser precoce quando os mesmos ocorrem em diferentes construções em que se geram valores caraterizáveis como epistémicos. Ou seja, tanto quanto é possível interpretar os dados veiculados pelos testemunhos remanescentes, *haver* e *ter* parecem contribuir para gerar, nas construções em causa, o mesmo tipo de valor, que corresponderá a uma expressão da validação, por parte do sujeito, do que é expresso no enunciado. Esta validação corresponderá um valor de crença forte ou certeza, residindo o valor epistémico na validação subjetiva do enunciado (ou 'subjetificação', no sentido de, por exemplo, Traugott 2010).

---

[14] Haverá ainda que estabelecer, para o período em causa, que verbos ocorrem com este tipo de funcionamento, uma temática ainda não muito explorada na história do português, à exceção do trabalho de Rocha (1996) sobre *saber* e *conhecer*. Apresentei um estudo ainda muito preliminar sobre verbos plenos com valor epistémico, mas apenas com base em dados do século XIII, em Brocardo (2017b).

A leitura epistémica de *haver* e *ter* parece decorrer de fatores contextuais de ordem sintático-semântica, relacionados, à partida, com a sua ocorrência em estruturas transitivas predicativas. Neste tipo de estruturas, a coocorrência, no constituinte predicativo, de formas de diferentes classes (adverbiais, nominais, adjetivais) a que se associa algum tipo de apreciação valorativa, quer positiva (*bem*, *firme*, *estauil*, *forte*, *dereyto*), quer negativa (*mal*) parece também favorecer a inferência do valor epistémico da construção.

A competição entre os dois verbos para a expressão dos mesmos valores (ou de valores próximos) pode ser aferida pela sua ocorrência no mesmo tipo de contextos, e também em diferentes géneros textuais. Refiro-me em particular a construções como as exemplificadas em 12, 13, 14, com *haver* – *haver por preso / estranho / bẽ seruidos* – e em 28, 29, 39, 31, 36, 37, com *ter* – *ter por stranho / onrrado / desonrado / santos / bẽ auẽturado / agrauada* – com formas sobretudo adjetivais (ou participiais) e nalguns casos nominais no constituinte predicativo. Apesar de a frequência de ocorrência destas construções não ser muito elevada, a diversidade de formas que nelas ocorre parece indiciar a produtividade de ambos os verbos neste tipo de construções, do mesmo modo que permite conjeturar que os seus valores seriam idênticos ou, pelo menos, muito próximos, como antes referi.

Em contrapartida, outras ocorrências dos dois verbos parecem antes apontar para usos contextualmente diferentes. Assim, no caso de *haver*, parece ser-lhe exclusiva (ou quase exclusiva) a expressão *haver (por) firme (e estauil)* que ocorre nos documentos notariais, incluindo aqui uma carta régia (de CAIII). Esta expressão, com poucas variantes[15], corresponderá, como referi em 3.1., a uma espécie de fórmula fixa, que seria caraterística deste género textual, e cuja função seria justamente de marcar uma asserção forte de algum aspeto do conteúdo do documento ou de marcar a validação do próprio documento enquanto tal. Num contexto textualmente diferente, assinalei apenas uma única ocorrência de *ter por firme*, na *Primeira Partida*[16].

A (quase) exclusividade de *haver* neste tipo de uso poderá estar associada a diferentes fatores. Por um lado, o próprio caráter formulaico que a expressão parece assumir desfavoreceria a variação, neste caso entre *haver* e *ter*. Mas poderá também relacionar-se com o facto de, no período mais antigo da história do português, haver indícios de que entre *haver* e *ter* persistiria uma

---

[15] Como variantes refiro-me aqui a ocorrências com outras formas, geralmente em coordenação com *firme*, em expressões como *haver (por) forte e firme* ou *haver (por) firme e outorgado*.

[16] O exemplo, que não citei antes, é: E ssegũdo aq*ui*sto deuẽ faz*er* tãães obras p*er* q*ue* sse mostre o q*ue* De*us* enelle*s* *con*firmou q*ue* o tẽẽ elles por firme [PP século XIV].

diferenciação dos valores marcados pelos dois verbos. Assim, como procurei mostrar em Brocardo (2006), em estruturas de 'posse'[17], *haver* e *ter*, mesmo quando ocorrem com os mesmos sintagmas nominais como complementos, marcam relações de tipo semanticamente diferente, estando o primeiro associado ao valor de posse estrita (por oposição a posse temporária), ou a outro tipo de relações perspetivadas como inerentes ou permanentes, em contraste com *ter*, que marca outros valores, como 'posse' temporária, por exemplo. Esta hipotética persistência de uma diferenciação semântica entre os dois verbos, e, em particular, a persistência de um valor de relação inerente ou estável como (ainda) exclusivo de *haver* poderia também justificar a clara predominância deste verbo nas expressões ou fórmulas de validação forte que ocorrem nos documentos notariais.

Em comparação com *haver*, *ter* é em termos gerais mais frequente no conjunto das construções com valor epistémico em que ocorre. Mas diverge também no tipo de estruturas sintáticas, sendo-lhe exclusivas as estruturas em que o objeto é uma oração. Isto acontece, como antes referido, quando ocorrem estruturas transitivas predicativas, quer com uma oração infinitiva como objeto – *ter por bem de* + infinitivo (não flexionado ou flexionado) – quer com uma completiva – *ter por bem que*. Além disso, são-lhe também exclusivas as estruturas transitivas com *ter que* e uma oração completiva, em que não coocorre, portanto, *bem*. Este é um dado de particular relevância, até porque, como antes referi, se trata de uma estrutura que aparece atestada muito cedo[18], além de se tratar da única estrutura, de entre as assinaladas com valor epistémico, que não corresponde a uma estrutura transitiva predicativa. Isto evidenciaria a extensão de *ter* a diferentes contextos sintáticos, de algum modo podendo indiciar que a leitura epistémica deste verbo está relativamente menos dependente de fatores contextuais. Naturalmente que se pode estabelecer uma relação entre estruturas transitivas predicativas como,

---

[17] No mesmo trabalho argumentei que este tipo de caraterização não é o mais adequado, na sequência do proposto por outros autores, propondo antes a caraterização de *haver* e *ter* em estruturas transitivas como 'estativos locativos'. Não retomo aqui a argumentação desenvolvida, o que alongaria desnecessariamente o texto.

[18] Trata-se, é certo, de uma ocorrência singular no século XIII, mas isso dever-se-á, muito provavelmente, mais à especificidade do subgénero textual em que se regista – uma 'notícia' – ou talvez mais ainda à especificidade do próprio texto, que envolve um contexto discursivo – o relato, feito na terceira pessoa, dos 'tortos' sofridos por um nobre da época – que propicia a ocorrência de estruturas linguísticas geralmente ausentes em testemunhos que se incluem no mesmo género, em termos muito latos, documentos notariais ou 'diplomas particulares' (na designação usada por Castro 2006, 88). A estrutura em causa também não ocorre, de facto, nos documentos deste género do século XIV.

por exemplo, as dadas em 29 e 31 – *teer (alguém) por onrado / santo* – e que são idênticas a ocorrências de *haver*, e estruturas com completiva, como, por exemplo, em 53 – *ter que_(alguém) he errado*[19] – mas não deixa de ser de assinalar como particularmente relevante, na comparação dos dados de *haver* e *ter*, que o segundo tipo de estrutura apenas se ateste com *ter*.

4. Conclusões

Os dados analisados parecem mostrar que, havendo competição entre *haver* e *ter* em construções em que se geram valores epistémicos, ao contrário do que acontece mais geralmente em português antigo, é *ter* que de certo modo predomina nestes usos sobre *haver*, quer em termos de frequência (mas este aspeto deverá ser sempre menos preponderante), quer sobretudo na diversidade de estruturas em que ocorre e na relativamente menor dependência contextual para gerar valores epistémicos, nomeadamente na estrutura *ter que* + completiva.

Dada a diversidade de funcionamento destes verbos na diacronia do português, seria de procurar identificar uma ligação entre o seu funcionamento como epistémicos e os outros funcionamentos dos verbos em causa, procurando determinar uma possível relação entre eles, estabelecida em diacronia. Parece claro que não se pode aqui colocar a hipótese de uma relação de derivação diacrónica a partir do funcionamento destes verbos na marcação de valor temporal de futuro a que se associam valores modais deônticos (*haver / ter de* + infinitivo). A hipótese de uma derivação de valores epistémicos a partir de valores deônticos, que se formula como generalização em certos processos de gramaticalização (referida, por exemplo, em Hopper e Traugott 2003, 85; Heine 2003, 594), mas que em outras abordagens, dentro do mesmo quadro, se veio a discutir (ver, por exemplo, a síntese de Ziegler 2011, 599-600), obviamente não se verifica aqui. A emergência tardia do funcionamento deôntico de *ter* em português, a que me referi no ponto 1, desde logo aponta a inadequação deste tipo de hipótese. Além disso, os exemplos apresentados na literatura em que ocorre tipicamente uma derivação de valores epistémicos a partir de não epistémicos referem-se geralmente à emergência de valores

[19] Com dados do português contemporâneo (construídos e manipuláveis), Raposo (2013, 1347), por exemplo, refere que numa frase como *O Rui considera a Ana pouco esperta*, a sequência de complemento direto e predicativo «forma um constituinte sintático (...) [ao] qual apenas falta um verbo para ser uma oração completa» (que o mesmo autor refere, em nota, ser designado por vezes uma 'oração pequena'), o que se pode verificar comparando aquela frase com *O Rui considera que a Ana é pouco esperta*.

de possibilidade / probabilidade[20], diferentes, portanto, dos valores que são marcados no caso em estudo, de validação forte, por parte do sujeito, do que é expresso no enunciado, além de que as construções em causa, temporais-deônticas e epistémicas, correspondem a estruturas sintaticamente distintas.

Assim, a hipótese mais plausível, em função destes dados, parece ser a de que os usos epistémicos de *haver* / *ter* tenham emergido a partir de funcionamentos mais 'lexicais', no sentido em que esta designação é usada, em contraste com funcionamentos mais gramaticalizados, na área de estudos de gramaticalização, o que relativamente aos verbos em causa corresponderia ao seu funcionamento em estruturas de 'posse' (mas sobre esta caraterização, ver nota 17). Note-se no entanto que a oposição 'lexical' / 'gramatical' deve ser entendida como meramente operativa, tratando-se de uma oposição não discreta. O funcionamento de verbos como *haver* / *ter*, mesmo em estruturas transitivas de 'posse', tal como se atesta desde os testemunhos mais antigos do português (e desde o latim), evidencia já a sua 'generalização', condição de resto necessária para potenciar a sua gramaticalização (Hopper e Traugott 2003, 101). Note-se ainda que os estudos desta área dão também conta da possibilidade de uma mesma 'fonte' estar na origem de diferentes processos de gramaticalização, vindo a dar origem a diferentes 'categorias' (Heine 2003, 590), o que leva a colocar a tónica não na gramaticalização de uma forma, mas na gramaticalização de uma forma numa dada construção, ou da gramaticalização da própria construção (aspeto discutido em, por exemplo, Traugott 2003).

A (maior) homogeneidade das estruturas em que *haver* / *ter* ocorrem como verbos de 'posse' (transitivas), e com um funcionamento epistémico (transitivas predicativas), bem como os dados relativos à emergência precoce de *ter* nestas últimas[21], sugerem uma relação plausível de derivação entre elas. Uma questão também a considerar aqui seria a de uma possível relação com a construção que se considera estar na origem de *haver* / *ter* como auxiliares de tempo composto, uma construção que em muitas atestações antigas corresponde também a uma estrutura transitiva predicativa (neste caso caraterizada como 'resultativa', ver, entre outros, Squartini e Bertinetto 2000).

---

[20] Em sincronia, os diferentes tipos de valores de modalidade expressos por uma mesma forma / construção são descritos em termos de 'ambiguidade' (ver, por exemplo, Oliveira & Mendes 2013, 635-637 para o português).

[21] Lembre-se que embora *haver* seja referido por algumas obras de referência como mais caraterístico das fases antigas da língua enquanto verbo de 'posse', *ter* se atesta desde os testemunhos mais antigos, como é o caso do *Testamento de Afonso II* de 1214.

Em português (europeu) contemporâneo, em construções estruturalmente semelhantes às que se atestam em português antigo, *ter*, ao contrário do que acontece com outros usos deste verbo, não parece ser particularmente produtivo quando está em causa um valor epistémico. Ocorre apenas em expressões como *ter* (*alguém / alguma coisa*) *por* (a) ou *ter para* (pronome pessoal) *que* introduzindo uma completiva (b):

(a) [S]egundo ele, a extrema-direita tinha-o por comunista, por causa das suas «ideias liberais». [CETEMPúblico 1.7 v. 8.0. *par=ext1470709-soc-95a-2*]

(b) Desde muito jovem que tenho para mim que a solidariedade é um dos principais valores humanos e sociais. [CETEMPúblico 1.7 v. 8.0. *par=ext-1088582-pol-98a-4*]

Neste tipo de ocorrências *ter* é efetivamente parafraseável por verbos como *considerar* (*tinha-o por comunista* "considerava-o comunista") ou *pensar* (*tenho para mim que*, "considero / penso que"), ou seja, verbos caraterizados como "verbos plenos com valor modal" (Oliveira e Mendes 2013, 662)[22]. Mas note-se a impossibilidade de *ter que* + completiva, sem sintagma preposicional com elemento pronominal (**tenho que a solidariedade é...*).

Considerando ainda o português contemporâneo, *haver* ocorre na expressão *haver por bem*, que alterna com *achar / entender por bem*, de que geralmente se infere "decidir" ou mesmo "fazer (alguma coisa)" (c):

(c) Apesar de habituado à exorbitância das contas com que os TLP nos presenteiam todos os meses, não consegui «encaixar» o número de unidades de conversação que a empresa houve por bem, no mês passado, cobrar-me: 2044! [CETEM Público. *par=ext847104-soc-92b-2*]

Em função destes dados, seria de assinalar sobretudo a persistência de *haver*, dada a tendencial obsolescência do verbo, noutros usos, em português. Porém, é patente a lexicalização, no sentido de perda de composicionalidade, da expressão em que ocorre, o que é de resto típico em casos de obsolescência, neste caso de um dos seus significados ou valores, que por vezes persiste, marginalmente, numa expressão fixa.

---

22 Na língua atual, *ter* pode assumir um valor epistémico, mas num outro tipo de estrutura, na construção *ter de* + infinitivo, em que esse valor está associado à interação com diferentes elementos contextuais, cuja alternância determina a possibilidade de interpretações deônticas ou epistémicas, como acontece, em casos diferentes, com os modais *dever* e *poder* (Oliveira e Mendes 2013, 648-649). Para ilustrar este aspeto, veja-se que, por exemplo, numa frase como *Ela tem de estudar mais* o valor é claramente deôntico, mas em *Ela tem de ter estudado muito (para ter conseguido passar no exame)* gera-se uma leitura epistémica.

Os usos de *haver* e *ter* epistémicos em português contemporâneo em construções estruturalmente semelhantes às que se atestam em fases passadas da língua correspondem, exceto no caso de *ter por* (a), portanto, meramente à sua ocorrência em expressões fixas, o que se torna também patente no facto de não serem geralmente referidos nas gramáticas com esse tipo de funcionamento. Verifica-se, assim, uma tendencial obsolescência ou perda de produtividade neste tipo de usos, contrariamente ao que acontece, em particular com *ter*, noutros funcionamentos.

Abrangendo o presente estudo apenas o período antigo da história do português, seria naturalmente prematuro formular hipóteses para a explicação desta perda de produtividade de *haver* e *ter* em construções epistémicas. A persistência em expressões fixas, em particular no caso de *haver*, poderá estar relacionada com a maior dependência contextual desde a origem associada à inferência de leituras epistémicas deste verbo. Além disso, um outro aspeto a explorar neste domínio, além, obviamente, da análise de dados destas construções em períodos subsequentes[23], é o da possível competição, no mesmo tipo de estruturas, com verbos com valores epistémicos, como *entender* (referido em 3.2.), ou outros (*consiirar*, *achar*), que viriam também a desenvolver esse tipo de valores[24]. Neste caso, portanto, a hipótese a explorar seria a de que esse tipo de competição poderia ter condicionado a persistência de *haver* e *ter* com um funcionamento epistémico, contribuindo de algum modo para a sua tendencial obsolescência.

Universidade NOVA de Lisboa Maria Teresa BROCARDO

[23] Pelo menos até ao século XV, a construção *ter que* + completiva parece continuar a ser produtiva, estando largamente atestada em fontes textuais da época, como pude verificar a partir de algumas análises, mas não sistemáticas nem exaustivas, de textos de caráter historiográfico.

[24] Em Brocardo (2017b) apresentei alguns dados, mas recolhidos apenas num conjunto limitado de fontes do século XIII, sobre o funcionamento destes verbos como epistémicos.

5. Referências bibliográficas

5.1. Referências das fontes

[CAIII] *Documentos em português da Chancelaria de Afonso III* (século XIII) — Duarte, L. F., 1986. *Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III* (Edição), Lisboa, FLUL (Dissertação de Mestrado inédita).

[CS] *Costumes de Santarém* (séculos XIII e XIV) — Rodrigues, Maria Celeste Matias, 1992. *Dos Costumes de Santarém*, Lisboa, FLUL (Dissertação de Mestrado inédita).

[DPMDL] *Documentos portugueses do Minho e Douro Litoral* (séculos XIII e XIV) — Maia, Clarinda de Azevedo, 1986. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, INIC.

[DPNRL] *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa* (séculos XIII e XIV) — Martins, Ana Maria, 2001. *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, IN-CM.

[DPVR] *Documentos portugueses de várias regiões* (séculos XIII e XIV) — Parkinson, Stephen (s/d). *Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo* (Oxford), Publicados em, CIPM. *Corpus Informatizado do Português Medieval*, ‹http://cipm.fcsh.unl.pt›.

[FD] *Flores de Dereyto* (século XIII?) — Roudil, Jean, 2000. *Flores de Dereyto* (versão em português), in: *La Tradition d'écriture des 'Flores de Derecho'. Construction et étude*, tome 1, vol. 1, Paris, Séminaire d'Études Médiévales Hispaniques de l'Université Paris 13, 200-297.

[FG] *Foros de Garvão* (séculos XIII e XIV) — Garvão, Maria Helena, 1992. *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*, Lisboa, FLUL (Dissertação de Mestrado inédita).

[FR] *Foro Real* de Afonso X (século XIII?) — Ferreira, José de Azevedo, 1987. *Afonso X. Foro Real. Edição, Estudo Linguístico e Glossário*, vol. 1, Lisboa, INIC.

[LLCP] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (fragmento do séc. XIV) — Brocardo, Maria Teresa, 2006. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*, Lisboa, IN-CM.

[NT] *Noticia de Torto* (1214?) — Castro, Ivo, 2006. *Noticia de Torto* (Leitura crítica), in: *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri, 130-135.

[PP] *Primeyra Partida* de Afonso X (século XIV) — Ferreira, José de Azevedo, 1980, *Alphonse X.* Primeyra Partida. *Edition et Etude*, Braga, INIC.

[CETEMPúblico 1.7 v. 8.0.] ‹https://www.linguateca.pt/CETEMPublico›.

5.2. Outras referências

Brocardo, M. T., 2006. «*Haver* e *ter* em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV», *RLiR* 70, 95-122.

Brocardo, M. T., 2013. «Sobre o 'futuro' – formas e construções marcadoras de posterioridade em textos portugueses dos séculos XIII a XV», in: Álvarez, R. *et al.* (orgs.), *Ao Sabor do Texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, Santiago de Compostela, Univ. de Santiago de Compostela, 77-90.

Brocardo, M. T., 2014. «Gramática e texto em diacronia – *haver* (mais-que-perfeito simples) *de* + infinitivo em duas crónicas de Zurara», *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 10, 39-47.

Brocardo, M. T., 2017a. «Construções com *haver* e *ter* de valor epistémico – alguns dados de testemunhos dos séculos XIII-XIV», (Comunicação) *IVo – IV Congresso Internacional de Linguística Histórica*, Lisboa, FLUL.

Cardoso, Adriana / Pereira, Susana, 2003. «Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português», *Revista da ABRALIN* II/2 (Dezembro), 159-181.

Castro, Ivo, 1999. «O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)», in: Faria, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão.* Lisboa, Cosmos/FLL, 367-370.

Cintra, L. F. Lindley, [1963] 1992[2]. «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie», in: Faria, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos/FLL, 199-215.

Heine, Bernd, 2003. «Grammaticalization», in: Joseph, B. D. / Janda, R. D. (ed.), *The Handbook of Historical Linguistics*, Cambridge USA/Oxford UK, Blackwell, 475-601.

Hopper, Paul J. / Traugott, E. C., 2003[2]. *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1989. *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa, IN-CM.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1995. «Variação e mudança no português arcaico: *ter* ou *haver* em estruturas de posse», in: Pereira, Cilene da Cunha / Pereira, Paulo R. D. (orgs.), *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 299-311.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1997. «Observações sobre o uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista», *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, Universidade Federal da Bahia, 253-286.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 2002. «Vitórias de TER sobre HAVER nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros», in: Mattos e Silva, Rosa Virgínia / Machado Filho, Américo Venâncio Lopes (orgs.), *O português quinhentista: estudos lingüísticos*, Salvador, EDUFBA, 119-142.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 2008. *O Português Arcaico. Uma Aproximação*, vol. 1, Lisboa, IN-CM.

Móia, Telmo, 2011. «Expressões temporais com *haver*: gramaticalização e interpretação semântica», in: Costa, Armanda / Barbosa, Pilar / Falé, Isabel (orgs.), *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 401-419.

Oliveira, Fátima / Amália Mendes, 2013. «Modalidade», in: Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.*, *Gramática do Português*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 623-669.

Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva, 2013. «Orações predicativas e predicações secundárias», in: Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva *et al. Gramática do Português*, vol. 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1285-1356.

Ribeiro, Ilza, 1996. «A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*», in: Roberts, Ian / A. Kato, Mary (ed.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*, Campinas, Editora da UNICAMP, 342-386.

Rocha, Carlos, 1996. Saber *e* Conhecer *em textos portugueses da Idade Média*, Lisboa, FCSH-UNL (Diss. de Mestrado inédita).

Said Ali, Manuel, 1964[6]. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos.

Squartini, Mario / Bertinetto, Pier Marco, 2000. «The Simple and Compound Past in Romance languages», in: Dahl, Östen (ed.), *Tense and aspect in the languages of Europe*, Berlin/NY, Mouton de Gruyter, 403-439.

Traugott, Elisabeth C., 2003. «Constructions in grammaticalization», in: Joseph, B. D. / Janda, R. D. (ed.), *The Handbook of Historical Linguistics*, Cambridge USA/ Oxford UK, Blackwell, 624-647.

Traugott, Elisabeth C., 2010. «Revisiting Subjectification and Intersubjectification», in: Davidse, K. / Vandelanotte, L. / Cuyckens, H. (ed.), *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*, Berlin, Mouton De Gruyter, 29-70.

Ziegler, D., 2011. «The Grammaticalization of Modality», in: Narrog, H. / Heine, B. (ed.), *The Oxford Handbook of Grammaticalization*, Oxford, OUP, 595-604.